A DISSIMULAÇÃO QUE IMPERA A EXCELÊNCIA: (DES)TECENDO O SOFRIMENTO PSÍQUICO DA CLASSE TRABALHADORA FRENTE AOS DISCURSOS ORGANIZACIONAIS

ROBERTA SILVA BARROS[1];
CAROLINA DE SOUZA WALGER[2]

[1]*Universidade Federal do Paraná – robertabarros@ufpr.br*
[2]*Universidade Federal do Paraná – carolina.walger@ufpr.br*

Resumo: Este ensaio teórico defende o argumento de que parte significativa das psicopatologias associadas ao trabalho é constituída pela introjeção psíquica de duas faces do discurso capitalista: os discursos organizacionais que dissimulam a realidade e o imperativo agressivo da excelência. Para sustentar esse argumento, duas formulações teóricas são aproximadas, a da dissimulação discursiva (Faria; Meneghetti, 2011) e da patologia da melancolização (Mendes; Vivès, 2020). A proposição de aproximar ambos conceitos está relacionada à forma com que eles referenciam, à sua maneira, a violência intrínseca às relações de trabalho no modo de produção capitalista. Para além de operar como uma denúncia frente à lógica do sociometabolismo do Capital, as formações sintomáticas abrem margem para que se questione o que sintoma pode dizer sobre o sujeito que padece, ao considerá-lo como um signo para aquilo que não encontrou outras vias de representação, florescendo, assim, caminhos para a discussão de potencialidades e limitações que atravessam a atuação da psicanálise frente ao sofrimento que assola a classe trabalhadora.
Palavras-chave: Psicopatologia do Trabalho; Dissimulação Discursiva; Melancolização.

Introdução

Retornando a Marx, é por meio do trabalho que o ser humano se apropria das matérias úteis dispostas na natureza a fim de satisfazer suas necessidades de existência e de (re)produção da vida (Marx, 1867/2013). Contudo, ao pensar o trabalho na contemporaneidade é um dever circunscrevê-lo no modo de produção capitalista, que nega ao sujeito-trabalhador o trabalho enquanto categoria ontológica que subsidia a condição humana de existência. Trabalhar sob o modo de produção capitalista engendra a produção de um fazer alienado que, ainda assim, é palco de resistência à dominação (Mendes, 2018) e *momentum* em que o sujeito se torna si mesmo na própria alienação, isto é, ser humanizado alienado de seu processo de humanização.

O silenciamento dos trabalhadores é desencadeado por uma série de ações sustentadas na gestão capitalista do trabalho, numa incessante tentativa de docilização de corpos e almas, para atender à demandas produtivas em níveis excepcionais (Duarte, 2020). Assim, defende-se parte significativa das psicopatologias associadas ao trabalho é constituída pela introjeção psíquica de duas faces do discurso capitalista, os discursos organizacionais que dissimulam a realidade e o imperativo agressivo da excelência. Para sustentar esse argumento, realizou-se a aproximação de dois conceitos que referenciam a violência intrínseca às relações de trabalho sob o modo de produção capitalista: o de dissimulação discursiva e o de patologia da melancolização.

A importância de se apropriar da dinâmica de tais modos de discursar recai sobre o fato de que estes são produtores do pensar coletivo, que aparecem como conteúdos latentes no

processo de escuta de trabalhadores. Para tanto, espera-se desenvolver uma sustentação teórica para uma escuta clínica mais sensível do sujeito-trabalhador pelos serviços de saúde, buscando resgatar a sua voz silenciada e fortalecendo perspectivas da luta de classes indispensável para a existência de sujeitos mais autônomos quanto ao *poder* desejante e subversivo frente às demandas de obediência e silenciamento.

1. Contextualizando a dissimulação discursiva

Proposto no âmbito da teoria da Economia Política do Poder (EPP), o conceito de dissimulação discursiva faz referência aos mecanismos de sutileza que recobrem a violência, por vezes implícita, das relações de trabalho por meio de discursos e práticas docilizadas (Faria; Meneghetti, 2011). Essas práticas discursivas, quando assumidas sob a forma da dissimulação, são responsáveis pela produção de modos diversos de sofrimento e adoecimento de trabalhadores, como nos casos de lesões por esforço repetitivo (LER), distúrbios associados ao abuso de álcool e substâncias, quadros depressivos e síndromes ansiosas (Vieira; Ghizoni, 2020). Esses modos de adoecer tendem a ser individualizados, mascarando, a produção de sofrimento consequente da organização do trabalho, dos processos de trabalho e da gestão do trabalho na contemporaneidade.

As dissimulações discursivas operam de modo sorrateiro e eficaz, favorecendo a introjeção acrítica e submissa da ideologia do Capital. Vieira e Ghizoni (2020) enfatizam a existência de crenças e normas que colocam a subjetividade dos trabalhadores à serviço dos objetivos da organização de trabalho, colocando-os sob uma situação de não-existência em que os atributos humanos são submetidos consciente e inconscientemente à invocação da excelência exigida pelo modo de produção dominante.

Tendo em vista que o conceito de dissimulação discursiva refere-se aos discursos sutis que acobertam a violência (Faria; Meneghetti, 2011), se torna relevante aprofundar a concepção de violência que se expressa nos contextos de trabalho, de modo a compreender como o ato violento sustenta as relações de poder sob a forma de discursos sutis e dissimulados.

1.1 Violência: conceituação e institucionalização

Faria e Meneghetti (2011) pontuam que a violência se volta, por meio de práticas, à preservação de interesses particulares de um determinado grupo social. As práticas da violência utilizam instrumentos e discursos coercitivos, de natureza explícita ou sutil, que submetem os interesses e direitos da classe trabalhadora, com a finalidade de perpetuar as relações de poder nos contextos de trabalho. Para Faria e Meneghetti (2011), todo processo de violência apresenta duas dimensões que implicam em consequências objetivas (violência explícita) e subjetivas (violência implícita). Portanto, a violência pode se manifestar de diferentes formas, por meio da força física e/ou da coação psíquica, moral e normativa.

Quanto às manifestações sociais da violência, Faria e Meneghetti (2011) descrevem cinco formas, que se complementam: estrutural, institucional, econômica, pedagógica e discursiva. A violência estrutural aparece como aquela imposta pelas relações sociais de produção e pelo modo dominante de organização do processo de trabalho, portanto essa manifestação vincula-se com a dominação do modo de produção capitalista em que há uma violência intrínseca relacionada à propriedade dos meios de produção e à venda da força de trabalho. A violência institucional é aquela que se manifesta por meio de regras, leis e práticas políticas, que institui atos violentos a partir da justificação de condutas repressivas e do controle das atividades desempenhadas individual e coletivamente, visando uniformizar os

comportamentos às exigências sociais. A violência econômica está relacionada com a perda de controle por parte do trabalhador de seu próprio processo de trabalho e pela tomada de poder por parte das organizações no que diz respeito à gestão do ato produtivo e dos produtos resultantes. A violência pedagógica decorre das práticas em educação que buscam a reprodução das normativas que sustentam o modo de produção capitalista, como o controle das estruturas curriculares que prevêem a formação técnico-profissional em detrimento de uma educação comprometida com a formação de sujeitos autônomos, sociais e políticos (Faria; Meneghetti, 2011).

Por fim, a violência discursiva ou a manifestação da "não violência", é definida pela presença de discursos ideológicos constitutivos do modo social de (re)produção da vida, que têm como objetivo principal a descaracterização da violência sob o disfarce de conceitos ditos científicos, denominações específicas, atitudes legalizadas, justificativas para atos repressivos e propósitos. Trata-se de uma manifestação da violência encoberta por uma sutileza intencional que tem como objetivo dissimular a realidade violenta para que ela seja mais passível à aceitação e à conformação dos sujeitos-alvo (Faria; Meneghetti, 2011).

A violência tem papel fundamental na manutenção das relações capitalistas, visto que as condições de trabalho que se impuseram a partir da reorganização das forças produtivas do feudalismo ao capitalismo, são internalizadas, propagadas e aceitas socialmente como destino natural do ser humano em sua "máxima evolução". Essa dinâmica é condizente com a lógica do modo de produção capitalista, o qual produz traços alienantes nos sujeitos-trabalhadores quanto aos resultados de sua produção no trabalho e à consciência da exploração exercida pelos proprietários das forças produtivas. Com a propagação de valores imaginários, pela via de discursos estratégicos, o sujeito que trabalha é colocado na posição de "colaborador" da organização e não como empregado que vende sua força de trabalho, implicando em processos de banalização e docilização de tais atos violentos.

Diante desse cenário, é possível dimensionar que a violência é institucionalizada como parte constitutiva da sociedade organizada e das práticas cotidianas das relações de trabalho influenciadas pelas teorias gerenciais (Faria, 1985 como citado em Faria; Meneghetti, 2011). Faria e Meneghetti (2011) expõem quatro processos envolvendo a institucionalização da violência que enfraquecem o movimento de rompimento de práticas de submissão que teriam relação com a ausência de consciência dos sujeitos trabalhadores sobre sua própria posição de exploração, com a dificuldade de articulação de movimentos coletivos entre a classe trabalhadora e com a quantidade insuficiente de pessoas frente à qualidade organizativa necessária para o rompante desejado.

O primeiro processo diz respeito à noção de banalização do mal que pode ser explicada com base no aumento de práticas frequentes de intensificação do trabalho e baixos salários em comparação ao desgaste investido que são mantidas e incentivadas pelas gestões por meio do medo da demissão, por exemplo (Faria; Meneghetti, 2011). Com isso, há a perda do pensamento crítico e da consciência questionadora acerca das relações abusivas que são normalizadas nos contextos de trabalho.

O segundo remete ao controle psicológico exercido pelas organizações, implicando em práticas voltadas à associação dos trabalhadores, a partir de seu corpo e de sua psique, aos interesses particulares das instituições identificados como seus próprios desejos. Intensos sentimentos ambivalentes são vivenciados pelos sujeitos que trabalham, visto que as organizações constroem um espaço intencional para que os trabalhadores construam uma identidade de si vinculada ao contexto de trabalho em troca de algumas regalias e bônus oferecidos pela chefia pela via de contratos psicológicos (Faria; Meneghetti, 2011).

O terceiro faz referência à dinâmica de introjeção nos trabalhadores de normas e condutas naturalizadas como intrínsecas às relações de trabalho, a depender dos cargos e postos assumidos pelos sujeitos. Isto é, os trabalhadores são submetidos ao controle de seus comportamentos sob práticas explícitas e implícitas que indicam o que está ou não de acordo com o que Faria e Meneghetti (2011) pontuam como "sinfonia comportamental", implicando na intensa repressão dos trabalhadores, mesmo em casos de injustiças, como humilhações, assédio moral, calúnias e desqualificação (Faria; Meneghetti, 2011).

Em relação ao quarto processo de institucionalização, tem-se o fenômeno do totalitarismo que expressa uma homogeneização, nas organizações, sobre as formas de conceber as noções de mundo. Há consequências concretas, principalmente de exclusão econômica e social, dos sujeitos que se colocam como opositores das organizações, o que complementa a compreensão do quão complexa é a forma com que a violência se coloca nos ambientes de trabalho e o quão difícil é romper com ela (Faria; Meneghetti, 2011).

A partir da conceituação da violência e seus processos de institucionalização, propõe-se, na próxima seção, discutir de que forma as manifestações dos atos violentos aparecem nos contextos de trabalho.

1.2 Manifestações da violência no contexto de trabalho: faces dos discursos organizacionais

Considerando o controle sobre as relações de trabalho, Faria (2017) indica a manifestação da violência por três maneiras distintas: (i) econômica - relacionada às formas de retribuição pelo trabalho executado; (ii) jurídico-política - relacionada ao processo de dominação sobre a organização e o processo de trabalho; (iii) psicossocial - relacionada ao plano subjetivo da violência no trabalho, por meio de mecanismos sutis.

Em relação à manifestação da violência nos contextos de trabalho, Faria e Meneghetti (2011) aprofundam sobre alguns aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à operacionalização desta sobre a corporeidade dos trabalhadores, deixando marcas que expressam as contradições do capitalismo, que sequer respeita as limitações físicas dos trabalhadores. Esse aspecto abarca os mecanismos para a intensificação do ritmo de trabalho, rotinização excessiva e execução de trabalhos em ambiente insalubre ou de risco. Neste cenário, emergem processos críticos de adoecimento dos trabalhadores, como as dores crônicas, doenças cardiovasculares e uso de substâncias/fármacos (Faria; Meneghetti, 2011).

No que tange à exploração e à submissão dos atributos psicológicos do trabalhador aos interesses e objetivos das organizações, tem-se o receio do desemprego e a competitividade entre pares (Faria; Meneghetti, 2011). O psiquismo do trabalhador se vê amedrontado e invadido pelo medo alarmante de não dar conta das demandas, dos prazos e das metas, o que gera produção intensificada de sofrimento.

Outro ponto sobre a manifestação da violência nesse contexto, é aquele referente a um aspecto com contornos mais subjetivos que se expressam através da manipulação de símbolos, mitos e fantasias no trabalho. A violência aparece como um desdobramento das perspectivas meritocráticas propagadas nas organizações que, por sua vez, alimentam a psique dos trabalhadores com expectativas, desejos de reconhecimento e idealizações no campo do imaginário, uma vez que se propaga a crença de que a "grandiosidade da organização como a grandiosidade do sujeito que com ela se identifica" (Faria; Meneghetti, 2011, p. 47).

Faria e Meneghetti (2007) pontuam que o discurso diz respeito a uma forma de manifestação, por meio da linguagem, de um sujeito singular ou de um conjunto de sujeitos, em que se destaca, nesse processo, mobilizações que não são apenas conscientes e explícitas.

O ato discursivo carrega, também, um conjunto de elementos inconscientes relacionados às noções de desejo, pulsões e mecanismos de defesa. Em oposição à possibilidade de que o discurso seja neutro e não ideológico, Faria e Meneghetti (2007) argumentam que o ato discursivo abrange muito mais do que a linguagem expressada pela fala ou pela escrita, isto é, além de possibilitar a criação subjetiva, tem o poder de negar a pessoa como um sujeito capaz de tomar suas próprias decisões e submetê-la à posição de mero vendedor da força de trabalho, que vincula a sua identidade à sua capacidade produtiva.

Essa perda da autonomia quanto a própria subjetividade é resultante de um longo processo de negação dos trabalhadores, por parte da classe dominante, como sujeitos de desejo que, através dos discursos organizacionais, introjeta que o seu valor está associado ao que representa para a organização e, de modo mais complexo, para os interesses da produção capitalista. Com isso, encerra-se a presente seção para seguir a discussão-chave sobre a dissimulação discursiva.

1.3 Dissimulação discursiva: desdobramentos para o processo de adoecimento dos trabalhadores

De acordo com Faria (2017), no contexto de trabalho, a violência é uma forma exacerbada de controle sobre o processo de trabalho. Contudo, essa violência não se impõe pacificamente, o que exige o desenvolvimento de articulações para encobrir e disfarçar a realidade, o que se dá por meio das dissimulações discursivas.

É percebida, então, uma sofisticação da manifestação da violência por meio de discursos que promovem a dissimulação da realidade, de modo a intensificar as jornadas de trabalho e a invadir o máximo de tempo livre dos trabalhadores. Isso porque, segundo Faria e Meneghetti (2011), parece haver uma tolerância em relação ao que é socialmente aceitável e ao que não é, no que diz respeito à violência, acarretando em novas práticas violentas que ocorrem sob disfarces nas organizações, o que caracteriza a dissimulação discursiva.

Tendo em vista as manifestações da violência já indicadas (econômica, jurídico-política, psicossocial), Faria e Meneghetti (2011) exemplificam como elas são concretizadas e dissimuladas na realidade e como se dão seus efeitos objetivos e subjetivos. Sobre a violência econômica, esta é atravessada por planos de carreira subvalorizados, variabilidade por produção e bônus de pagamento, em troca do alcance de metas inatingíveis, implicando na existência do trabalhador reduzida à produção desumana de metas inalcançáveis e ao desgaste da inter-competitividade nas organizações. Sobre a violência política, refletem sobre aspectos como a exagerada utilização dos sistemas de recompensa e de punição dos trabalhadores, que objetivam controlar subjetivamente o processo de trabalho, desenvolvendo autovigilância e vigilância interpares, de modo a tornar o ambiente aversivamente controlado pelo próprio sujeito e pelos colegas. A violência psicossociológica é extremamente meticulosa por fazer uso de um sistema formal de divulgação de discursos sobre motivação e comprometimento, para que os trabalhadores se engajem cada vez mais nas atividades em prol dos interesses da organização, produzindo fragilidades nas relações entre os próprios trabalhadores que são atravessados pela ideia de competitividade e meritocracia que beneficia aqueles que estão mais “envolvidos” com as tarefas (Faria; Meneghetti, 2011).

Em relação à objetivação dessas práticas, Faria e Meneghetti (2011) discutem sobre as práticas físicas de divisão do trabalho, de controle rígido dos horários reservados para atividades pessoais (almoço, idas ao banheiro, tempo para descanso e entre outros) e de adestramento das condutas dos trabalhadores para que, ao longo da jornada, estes façam

apenas o que está previsto para as suas atribuições, de modo que o trabalhador se vê obrigado a introjetar as regras impositivas da organização para evitar o fantasma da demissão.

Faria e Meneghetti (2011) destacam, ainda, as iniciativas das organizações em impor, para os trabalhadores, um projeto em comum que leve em consideração os interesses coletivos para que eles coloquem a sua vida à disposição do trabalho. Isto é, ocorre uma promoção de processos de identificação inconsciente com a organização, de criação de fantasias de um suposto coletivo que visa desenvolver sentimentos de pertença para que os sujeitos sejam completamente engolidos pela perspectiva de transformar os objetivos da organização como seus objetivos da vida pessoal, ainda que as relações assimétricas e as desigualdades de remuneração permaneçam inalteradas.

Exemplificando alguns discursos frequentemente propagados com o objetivo de dissimular a realidade dos atos violentos e de disfarçar os verdadeiros significados por trás daquilo que se comunica, Faria e Meneghetti (2011) destacam aqueles que induzem o trabalhador a estabelecer metas, se dedicar ao processo de trabalho para se destacar, estar sempre motivado e vestir a camisa da empresa. Ainda que pareçam inofensivos e em alinhamento à cultura organizacional, o que se observa, por trás de tais discursos, são práticas que levam os trabalhadores à pressão por resultados, à exaustão de longas jornadas de trabalho, à ampliação do sistema de vigilância sobre o trabalho e a produção de sofrimentos físicos e psíquicos (Faria; Meneghetti, 2011).

Apesar das modificações históricas frente ao modo de produção e reprodução da vida social, a violência em si não deixou de existir, mas foi mascarada por novas aparências que a legitimam e a mantém presente. Com isso, a próxima seção apresenta o conceito de patologia da melancolização, para dar prosseguimento à discussão de como os discursos se relacionam com o fenômeno das psicopatologias do trabalho na contemporaneidade.

2. Contextualizando a patologia da melancolização

A patologia da melancolização é compreendida como um conjunto de sintomas relacionados a uma indiferenciação patológica, por parte do sujeito, em relação às possibilidades de desejar novas normas de condução da própria vida em termos de relação consigo, com o mundo e com outrem. Para Mendes (2018), esse quadro é instrumentalizado pelo Capital para forjar sujeitos melancólicos, que são destituídos de sua posição ético-política para servir apenas como porta-vozes do discurso capitalista. Com efeito, os discursos organizadores do trabalho são concebidos como potenciais agentes responsáveis pela fixação do sujeito em um lugar de invocação pelo Outro[1], implicando em uma existência subjetiva submissa, que é marcada por sintomas de paralisação em que, para os trabalhadores, resta apenas o grito de um corpo anestesiado.

Essa proposição parte da psicanálise e articula os elementos da instância do supereu, do desejo, da satisfação pulsional (gozo) e da pulsão invocante (Mendes, 2018; Mendes; Vivès, 2020), na busca de elaborar meios para a compreensão dos efeitos psíquicos do modo de organização do trabalho sob o Capital, sobretudo por meio de discursos que apelam para os imperativos de desempenho produtivo como princípios para uma vida "feliz e plena".

A sociedade contemporânea é marcada pelo caráter performático e pelo imperativo de excelência em que, aos trabalhadores, é comunicado que quanto mais esforço houver para

[1] Ao longo do ensaio, ambos termos, outro e Outro, aparecem com sentidos distintos. A palavra 'outro', em minúsculo, faz referência ao outro como semelhante, demarcando as relações com outros sujeitos. Já a palavra 'Outro', em maiúsculo, é utilizada para referenciar a relação do sujeito com esferas mais abstratas que estruturam a sociedade, como o Capitalismo, a Cultura e o Laço Social.

atender às demandas de produção, maiores são as possibilidades de estar plenamente satisfeito com a vida que se tem. É esperado que os trabalhadores estejam posicionados em completa dedicação ao trabalho, de modo que o sujeito-trabalhador se encontre identificado subjetivamente com os interesses da organização, sendo capaz de construir sua imagem como aquele que goza sem limites por meio dos resultados da acumulação, em termos de bens objetais, proporcionada pelo trabalho (Facas, 2020).

Por mais que a performance seja hipervalorizada como validação para a existência do sujeito que 'deu certo', as manifestações de sofrimento psíquico podem ser compreendidas como formas de denúncia à violência sofrida nos contextos de trabalho. Para Périlleux e Mendes (2015), os sintomas são revelados como aqueles que retomam a contradição capital-trabalho, uma vez que são lidos como mensagens endereçadas a alguém que escute aquilo que, subjetivamente, foi negligenciado pelas empresas e escoou pelo corpo como um signo do sofrimento.

A partir da lógica da gestão flexível, espera-se que o trabalhador seja multifuncional e proativo, de modo que não se envolva apenas com suas habilidades cognitivas no processo produtivo, mas, também, com seus afetos, suas emoções, seus valores e sua respectiva subjetividade (Brüning *et al*., 2015). O que as organizações passam a exigir é que os trabalhadores sejam capazes de se comportar como uma máquina que atende a toda e qualquer demanda da forma mais rápida e eficiente possível, e que o trabalhador, também, busque modos de implementar melhorias nos processos, produtos e serviços da organização (Brüning *et al*., 2015).

Diante dos sentimentos de impossibilidade de se comportar como a máquina desejada, a escuta clínica do sofrimento psíquico tem revelado a existência cada vez mais frequente de trabalhadores que procuram atendimento em estado de paralisia, visto que, para Mendes (2018), os modos de sofrer têm aparecido articulados à função de censura da instância psíquica do supereu desencadeada por vivências de violência moral sob as mais diversas manifestações: ofensas, humilhações e constrangimentos. Como saída para suportar a dor de permanecer empregado, tem-se a produção de sintomas psíquicos de indiferença acentuada (Mendes, 2018). Tal indiferença pode ser definida como uma sensação robotizada em que o desejo do sujeito paralisa e é submetido ao desejo do Outro, o do Capital, de modo que se pode refletir sobre a instrumentalização dessa forma de sofrer pelo próprio sistema para manter a alta produtividade por meio de corpos esvaziados.

O subitem seguinte busca apresentar como os discursos organizacionais se articulam com a perspectiva do imperativo de excelência e culminam na patologia da melancolização.

2.1 Discursos organizacionais que imperam a excelência e silenciam os trabalhadores

Na elaboração do conceito de patologia da melancolização, Mendes (2018) propõe o uso da noção de imperativo de excelência, que, posteriormente, será integrada na compreensão do adoecimento psíquico de trabalhadores frente à instância psíquica do supereu. A autora parte da defesa de que o discurso tem uma posição privilegiada quanto à função exercida na construção dos laços sociais, o que implica na argumentação de que o ato discursivo viabiliza que lógicas de submissão sejam transpostas e naturalizadas nas relações de trabalho.

Ao exigir metas consideradas utópicas em termos do que é viável ser feito, há um discurso que comunica uma suposta invencibilidade do sujeito-trabalhador, uma voz que profere "você precisa fazer do impossível possível, você é capaz disso" (Mendes; Vivès, 2020, p. 191). Abre-se margem às artimanhas do modo de produção capitalista que,

intencionalmente, proporciona aos trabalhadores a sensação de serem portadores de uma força incomum que os fornece uma identidade vinculada à ideia de conquista, em que cada exigência é percebida como um desafio a ser cumprido sob parâmetros de excelência e rapidez.

Ao dar conta dos desafios postos pelas organizações, os trabalhadores são submetidos às estratégias do discurso capitalista que os equivalem aos resultados alcançados, de modo a favorecer a ilusão de que os sujeitos são dotados de uma capacidade própria para atingir a satisfação plena, desde que em alinhamento aos interesses da organização (Mendes, 2018). Com isso, há o fortalecimento do discurso capitalista que alimenta aspectos de uma suposta subjetividade onipotente que, por meio dos imperativos de excelência, carece de estabelecer laços afetuosos com outrem. A tentativa de negar a castração, ou a imposição de limites sociais ao sujeito, que o possibilita buscar novas formas de se satisfazer, implicando em uma subjetividade submetida à industrialização que supervaloriza o culto ao produtivismo e aos princípios de *excelência*.

Como efeito, Mendes (2018) explora a forma com que o discurso capitalista se conecta à instância psíquica do supereu, culminando em uma modalidade de consciência moral tirânica de cobranças excessivas por desempenho e performance que, a posteriori, abre margem à formação de sintomas psicopatológicos que denunciam as contradições suprimidas pelos interesses do Capital. Sob relações precarizadas, performáticas e tirânicas que geram processos intensos de sofrimento psíquico, propõe-se aqui o aprofundamento sobre o conceito lacaniano de *pulsão invocante* em articulação à instância psíquica do supereu para a compreensão dos efeitos catastróficos dos discursos de excelência.

O conceito-limite de pulsão é uma força constante que impõe exigências à psique do sujeito (Freud, 1915/2010), na perspectiva de Mendes e Vivès (2020) parte-se da concepção de pulsão invocante e seu respectivo circuito como artifício essencial para a compreensão do modo com que os discursos organizacionais são introjetados no aparelho psíquico. Para Mendes (2018), o sujeito-trabalhador submetido à vivência robotizada se encontra fixado em um dos tempos da pulsão invocante, que é o de ser constantemente invocado e ter o seu desejo despossuído em apelo à apropriação do desejo do Outro.

Retornando à origem do conceito de pulsão, Mendes (2018) discorre que os investimentos pulsionais vivenciados durante o processo de inserção da criança à vida social são fundamentais dada a importância que estes assumem para o prosseguimento da adultez e, consequentemente, a entrada no mundo do trabalho. Tal relevância é compreendida no sentido de que ao entrar em contato com aquilo que é da cultura e da vida em sociedade, a criança se depara com limites quanto às possibilidades de realização dos seus desejos, implicando na experiência subjetiva de restrições, as quais, abrem novos caminhos para contornar o desejo previamente interditado.

Para Mendes (2018), o modo de produção capitalista se apropria desta interdição e da falta constitutiva do sujeito, ao produzir ilusões de uma suposta completude que comunica aos trabalhadores sobre a possibilidade de que eles alcancem a autossuficiência plena e a realização plena. O que se observa é a sobreposição da noção de demanda (do sistema econômico) à de desejo, bem como a transformação dos vínculos interpares em relações de intensa competitividade.

Aprofundando a discussão ao introduzir as contribuições da pulsão invocante para a reflexão, Mendes (2018) a posiciona como sendo aquele cujo objeto é a voz. Trata-se de uma pulsão compreendida como uma experiência subjetiva que significa algo para além de um mero som no espaço-tempo. Sua importância em termos de efeitos psíquicos faz referência à

forma com que o desejo de um sujeito é endereçado a outro sujeito, implicando nas possibilidades de atendimento ou não do que foi comunicado.

A pulsão invocante é constituída em meio a um circuito que envolve três tempos, sendo estes: chamar, ser chamado e se fazer chamar. Sobre o tempo do (i) chamar (tempo ativo), este representa o ato de emitir uma voz ou um chamado que é endereçado ao Outro; o tempo do (ii) ser chamado (tempo passivo) se dá no campo do Outro em que ocorre uma torção da pulsão, de modo que o sujeito é convocado a algo; e o tempo do (iii) se fazer chamar (tempo reflexivo) o sujeito conquista sua própria voz ao adquirir um ponto de surdez que lhe permite, paradoxalmente, invocar um retorno do Outro (Maliska, 2022).

Sobre os processos primários da pulsão invocante, Mendes (2018) explica que o circuito da invocação é formado ao posicionar a voz como um meio de contatar o outro na expectativa de que ele disponha de uma voz resposta. No processo de formação do circuito pulsional cuja voz é o objeto central, emerge a necessidade de existência desse outro que esteja suscetível a simbolizar a comunicação infantil, de modo a sustentar a posição teórica de Mendes (2018) quanto à perspectiva de que o sujeito nasce com a voz do outro. Torna-se essencial para a formação da identidade de si que o sujeito tenha recebido a voz do Outro para, posteriormente, ter a sua própria voz.

Ao nascer, o ser humano é inserido em um mundo da linguagem regulado a partir de uma ordem simbólica que é preexistente a ele, cuja função dos símbolos é a de organizar o comportamento dos sujeitos no que se refere às suas relações consigo e com outrem (Françoia, 2007). A voz é, portanto, compreendida como uma experiência subjetiva que possibilita que o desejo de um sujeito – ou de um grupo de sujeitos – seja comunicado a outro, implicando que aquilo que é demandado possa ser ou não atendido (Mendes, 2018). Portanto, os discursos, sendo estes laços constituídos pela linguagem, carregam a responsabilidade de situar um lugar para que o sujeito se organize como parte da cultura frente às possibilidades de gozo (satisfação pulsional) e saber (Gomes; Silva, 2022).

Articulando a pulsão invocante às condições de trabalho sob o modo de produção capitalista, propõe-se o entendimento de dois tempos do circuito de invocação da pulsão, sendo eles o do resistir-desistir e o do insistir. Ao explorar o tempo pulsional do resistir-desistir, tem-se o retorno ao discurso capitalista que seduz os trabalhadores com falsas promessas de satisfação plena e absoluta, ao passo que, agressivamente, exige que o sujeito faça do impossível, possível. Com isso, os imperativos da excelência para o cumprimento de metas de produtividade desumanas revelam que o Capital demanda que os sujeitos se satisfaçam ao existir para ele, ocupando, assim, a posição de um ser que é apenas invocado ao transformar os interesses das organizações como seus próprios desejos (Mendes, 2018).

Quanto ao momento do insistir, outras possibilidades de investimento pulsional são concebidas como vias de resgate do sujeito que se encontra capturado pelas ilusões prometidas pelo discurso capitalista. A insistência representa a vivência do luto em relação às promessas de uma completude subjetiva, abrindo margem para renunciar a posição de objeto de satisfação pulsional do Outro, em nome da emancipação do sujeito desejante e ético que se percebe como faltoso, viabilizando diferentes formas de se satisfazer na vida, sem que nenhuma, necessariamente, objetive a plenitude (Mendes, 2018).

Entretanto, o que se observa é que o discurso capitalista tenta falar mais e mais alto, produzindo uma voz concebida como aquela que o sujeito-trabalhador não pode fazer calar ao ser caracterizada por gritos inarticulados que seriam a voz do gozo (Mendes, 2018). Nos contextos de trabalho, isso implica que o sujeito assuma um lugar em que é exigido que ele se satisfaça a partir do desejo do Outro, nesse caso o Capital, de modo que essa exigência é

entendida como um imperativo, ou seja, uma voz que demanda que o sujeito cumpra aquilo que foi endereçado a ele ao ser encurralado pelo que Mendes (2018) posiciona como pressão vocal superegóica.

Com isso, percebe-se a emergência da instância psíquica do supereu como parte dos processos de sofrimento de trabalhadores. No retorno a Freud, o supereu pode ser compreendido como um duplo paradoxo: como herdeiro do Id e do Complexo de Édipo (Mendes, 2018). Quanto a sua relação com a experiência edipiana, o supereu é tido como instância da consciência moral, que impõe ao sujeito limites sociais para seus investimentos pulsionais, assumindo a função de autoridade (Mendes, 2018). Em relação ao Id (Isso), o supereu está articulado às camadas do inconsciente, de modo que o supereu assume um caráter tirânico ao exigir que o sujeito tente se satisfazer com objetivo de eliminar toda e qualquer experiência de incômodo (Mendes, 2018).

Apropriando-se e afastando-se das noções freudianas sobre o supereu, Lacan argumenta que o supereu pode ser concebido como um agente que impõe ao sujeito uma ordem de satisfação pulsional, independentemente de esta estar em conformidade à lei cultural ou estar transgredindo-a (Pena *et al*., 2020). Articulado a esta concepção de supereu, o discurso capitalista é introjetado ao psiquismo dos trabalhadores sob vozes ferozes que representam os modelos produtivistas que os fazem acreditar na possibilidade de que a pulsão pode ser satisfeita plenamente em prol da alta produtividade (Mendes, 2018). Nesse sentido, as vozes do discurso que imperam excelência são quase impossíveis de serem caladas, o que leva à retirada do sujeito do circuito da pulsão invocante, em que este é posicionado como aquele que é apenas evocado; não mais invocando, nem desejando se fazer chamar (Mendes, 2018).

A partir do comando do supereu que exige tal postura dos trabalhadores, tem-se o processo patológico de melancolização, sendo este mobilizado pela ausência de resposta do Outro às expectativas ilusórias de completude prometidas aos sujeitos (Mendes, 2018). De tal modo, a patologia da melancolização surge como possibilidade explicativa para entender o modo como o sujeito é posicionado no circuito de invocação pulsional como alguém que não fala, chama ou deseja, assumindo uma postura robotizada de porta-voz dos interesses das organizações.

A seção seguinte busca apresentar este quadro psicopatológico que assola trabalhadores submetidos à lógica do capital, que exige do sujeito o seu comprometimento de corpo, alma e desejo.

2.3 Patologia da melancolização: possível defesa às exigências de excelência

Explicando as patologias da indiferença, Mendes (2018) discorre que os sintomas paralisantes compõem a base das principais categorias patológicas cujo nexo causal está relacionado ao trabalho. Para melhor compreender a patologia da melancolização, é necessário definir o conceito de melancolia. A melancolia, em Freud, faz menção à vivência de um luto patológico que é caracterizado a partir de três premissas: a experiência subjetiva da perda do objeto de amor, a ambivalência afetiva e a identificação regressiva com o objeto perdido que provocam, por sua vez, o rebaixamento da autoestima do Eu, visto que o luto vivido pelo objeto se volta contra o sujeito por meio de auto-acusações (Lustoza, 2018). Em Lacan, a melancolia é aproximada ao estatuto do tipo clínico da psicose, em que a perda do objeto também apresenta aspectos de identificação objetal, desencadeando uma culpa avassaladora, fundamentada na certeza psicótica, contra a qual o sujeito não se arrisca a contrariar (Lustoza, 2018).

No quadro da patologia da melancolização parece haver uma suposta surdez e mudez do Outro, que nunca responde ao chamado do sujeito-trabalhador que apela por sua escuta. Mendes e Vivès (2020) pontuam que há muitos sons e barulhos emitidos pelas gestões como forma de desviar do que seria considerado como uma voz-resposta ao chamado dos trabalhadores em aguardo. Fixados na posição de invocados, emergem patologias fundadas em um supereu exigente que, ao se tornar veículo subjetivo da agressividade presente nos discursos estruturantes do modo de produção capitalista, impera demandas traduzidas como "Trabalhe e Cale-se!", que expressa, em um movimento contraditório, o excesso e a ausência da presença do Outro para os trabalhadores (Mendes; Vivès, 2020).

Nas patologias da indiferença, o que se percebe é que o Eu, compreendido como a identidade que as pessoas constroem singularmente sobre si sob influência do meio histórico e cultural, está acometido por um intenso desamparo e consequente vazio interior insuportável (Mendes, 2018). Uma vez que os gritos proferidos jamais são escutados e, muito menos, atendidos, os sujeitos, sob a patologia da melancolização, têm para si que mais nada em sua realidade faz sentido, implicando na experiência subjetiva de melancolia, em que perde-se o desejo e qualquer vontade que se tenha de invocar algo ou alguém, uma vez que, por falhar em fornecer aquilo que lhe foi pedido, o sujeito se acusa de não mais merecer o suposto amor do Outro (Mendes; Vivès, 2020).

Nas palavras de Mendes e Vivès (2020), a patologia da melancolização, ao emergir como sintoma singular referente à histórias de vida de sujeitos particulares, comunica algo, indissociavelmente, sobre o social. Caracterizada como uma sociedade performática e sedenta pela espetacularização da vida, a organização do modo de viver sob os princípios produtivos do Capital cria demandas impossíveis de serem atingidas pelos trabalhadores, fixando-os em uma posição subjetiva de invocados em que estes não conseguem elaborar seus próprios desejos e suas próprias demandas, "pois, afinal, quem irá responder? Não existe esta possibilidade para o imperativo "Trabalhe e Cale-se" (Mendes; Vivès, 2020, p. 202).

A condição melancólica que atinge o sujeito-trabalhador é precedida por um processo intencional que bloqueia sua presença no circuito da invocação da pulsão, de modo a retirá-lo de tal movimento e fixá-lo no tempo do resistir-desistir, isto é, no tempo em que ele passa ser um ser evocado e não mais invocante (Mendes, 2018). Nesse contexto, Mendes (2018) defende haver uma instrumentalização por parte do Capital deste quadro patológico. Para a autora, o modo de produção capitalista se apropria do adoecimento psíquico dos trabalhadores para torná-los máquinas que são apenas evocadas à produção, sem que possam ter condições para refletir sobre as condições às quais estão submetidos e despossuídos de sua posição de ser ético-político.

A próxima seção visa apresentar a articulação entre os conceitos de dissimulação discursiva e de patologia da melancolização para sustentar o argumento de que parte significativa das psicopatologias associadas ao trabalho é constituída pela introjeção psíquica do discurso capitalista sob a forma dos discursos organizacionais docilizados em contraposição aos agressivos que imperam a excelência.

3. Dissimulação que impera: reflexões sobre o sofrimento do sujeito-trabalhador

As psicopatologias do trabalho podem ser compreendidas como processos de degradação psíquica e sofrimento que emergem de forma complexa da relação entre o sujeito e as suas condições de trabalho (Duarte, 2020). Neste ensaio, o argumento central é o de que parte significativa dessas psicopatologias se relacionam à introjeção psíquica dos discursos dissimulados e do imperativo da excelência característicos do modo de produção capitalista.

Para sustentar essa argumentação, buscou-se a aproximação de duas propostas teóricas - da dissimulação discursiva e da patologia da melancolização. Essas proposições vinculam-se à posições epistemológicas distintas, no entanto ambos conceitos mantêm em comum a perspectiva crítica em relação ao modo de produção dominante, especialmente quanto à presença de discursos organizacionais que naturalizam a violência intrínseca às relações de trabalho, implicando, assim, na possibilidade de refletir sobre o sofrimento psíquico que assola os trabalhadores. Dessa forma, esta seção foi organizada de modo a retomar a centralidade dos conceitos e a construir a proposta argumentativa em dois momentos.

O primeiro caminho de argumentação articula as perspectivas conceituais por meio da visão crítica que estas apresentam em relação ao trabalho sob o comando do Capital e à naturalização dos discursos organizacionais que atravessam o sujeito-trabalhador, produzindo efeitos psíquicos de adoecimento e sofrimento. Enquanto o segundo, apresenta possíveis compreensões acerca de *como* e *por que* os discursos organizacionais constituem psicopatologias do trabalho marcadas por características paralisantes, articulando a discussão com a noção de significantes frente à constituição do sujeito e com os ideais impossíveis impostos aos trabalhadores pelo modo como se organiza o mundo do trabalho.

3.1 Discursos organizacionais que naturalizam a violência e silenciam o sujeito-trabalhador

Para conceituar trabalho, Faria e Meneghetti (2011) e Mendes (2018) fazem referência a Marx (1867/2018), concebendo-o enquanto *práxis* transformadora que viabiliza a utilização da natureza como recurso para atingir determinadas finalidades de satisfação das necessidades humanas. Assim, ainda que as duas perspectivas apresentem loci epistemológicos distintos, algo que lhes aproxima é a visão crítica acerca da forma com que tal atividade, vital do ser humano, foi submetida aos interesses do Capital, chegando à negação do trabalho como condição ontologicamente humana ao relegar os trabalhadores a meios para a acumulação capitalista (Mendes, 2018).

Dissimulação discursiva e patologia da melancolização são conceitos propostos e discutidos no âmbito do trabalho e suas formas de organização e processos. Não se trata, portanto, de pontuar meramente os efeitos psíquicos das relações de trabalho como centrais nas formações de sintomas patológicos. Mas, de denunciar um contexto específico quanto aos modos de adoecer e sofrer que se manifestam em decorrência de discursos organizacionais ligados ao modo de produção capitalista. Logo, outro ponto de aproximação das duas perspectivas conceituais é sobre tomar os discursos como elementos que favorecem posições privilegiadas frente à forma com que se organiza a reprodução da vida social.

Com isso, os discursos que são naturalizados nas organizações comunicam que o ímpeto em se esforçar para se encaixar nos moldes do trabalho sob os princípios da gestão capitalista está relacionado à experiência subjetiva de busca de satisfação plena com a vida. Nesse sentido, defende-se a posição privilegiada dos atos discursivos, visto que estes não são, de nenhum modo, neutros ao comunicar os interesses das classes dominantes, passando a compor o imaginário dos sujeitos-trabalhadores.

Ao pontuar a introjeção discursiva como constitutiva dos processos de adoecimento psíquico dos trabalhadores, é preciso questionar por que os discursos organizacionais que imperam a produtividade excessiva têm um impacto tão severo na constituição do psiquismo desses sujeitos. Esse efeito psíquico está relacionado com a naturalização da violência, visto que, para Mendes (2018), o ato discursivo possibilita que relações de trabalho marcadas por posições antagônicas de servidão e dominação sejam transpostas e cristalizadas no modo de

organização social, apresentando-se ao imaginário social como relações pressupostas, que sempre existiram da forma com que são constituídas na atualidade, sendo destituído o caráter histórico de sua produção.

Ao considerar que os atos discursivos carregam e comunicam elementos simbólicos indispensáveis à dinâmica de formação da lente psíquica que percebe a realidade e insere o sujeito nesta, é preciso refletir sobre a contextualização de tais redes frente à presença da violência, muitas vezes dissimulada por discursos docilizados, sob o qual a classe trabalhadora é submetida diariamente. Discutir a não-neutralidade dos discursos e sua função frente à reprodução das relações de trabalho, abre espaço à reflexão de que estes têm a finalidade de compactuar com a ilusão de que as disparidades sociais e a presença da violência nas organizações são enraizados como atributos naturais das relações de trabalho.

Tal argumento encontra fundamento na defesa de Mendes (2018), quando a autora aponta a intenção do Capital em tornar a atividade de trabalho um mero processo orientado à exaustiva produtividade como único meio, para os trabalhadores, de acessar as possibilidades de realização subjetiva com a vida. Percebe-se um movimento de introjeção nos sujeitos-trabalhadores quanto às exigências de que estes, tomados como naturalmente inferiores nas relações assimétricas de poder naturalizadas, estejam posicionados em completa dedicação ao trabalho ao incentivar a infindável eficiência máxima de atendimento às demandas produtivas, como única forma de alcançar a impossível imagem idealizada de um ser pleno e realizado.

A concepção de Psicopatologias do Trabalho adotada neste ensaio fundamenta-se na proposta crítica de Duarte (2020), que define o adoecimento não por uma relação linear de causa e efeito, mas por um entrelaçamento complexo de fatores subjetivos, sociais, culturais, econômicos e políticos. Dessa forma, os quadros de psicopatologias no trabalho são resultados da degradação e do sofrimento psíquico vivenciados pelos trabalhadores como formas de responder a contextos laborais marcados por relações opressoras e por discursos de gestão autoritários (Duarte, 2020). Sob a forma de uma possível resposta, o adoecimento psíquico se expressa por meio de bloqueios ou disfuncionalidades psíquicas que emergem da impossibilidade de fazer frente a um sistema político-econômico que destitui os sujeitos de suas capacidades de criação, de autonomia e de desejo.

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) pontua que os Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) referem-se a um conjunto de patologias psicológicas cuja gênese ou intensificação está relacionada ao exercício da ocupação, visto que os trabalhadores podem estar expostos desde a agentes tóxicos até a organização do trabalho complexificada por uma série de fatores potencialmente patogênicos (Dantas *et al*., 2025). Quanto a estes fatores, tem-se a possibilidade de que estejam ligados às condições de trabalho precarizadas, perpassadas por aspectos organizacionais, como a divisão e subdivisão das tarefas; as práticas de gestão de recursos humanos; as vivências de assédio moral e de constrangimento; e a estrutura hierárquica nas organizações (Dantas *et al*., 2025).

A violência de se exigir dos sujeitos algo que lhes é impossível é naturalizada ao ponto de que a falha é vivida, pelo sujeito-trabalhador, como uma culpa por não ter se comportado como um robô, implicando na individualização do próprio sofrimento psíquico. Como argumentam Coelho e Neves (2023), tem-se que o esperado não é mais o desempenho médio ou o protocolo padrão para os cargos, mas é imposta a lógica do aprimoramento, isto é, uma performance em direção ao “sempre-melhor”.

Preso nas ruínas de uma lógica constantemente insatisfeita, percebe-se a emergência de patologias que fixam o sujeito-trabalhador na posição de evocado e se articulam, na

perspectiva de Mendes (2018), à instância psíquica de um supereu extremamente exigente. Os discursos que fortalecem a manutenção do modo de produção capitalista são apropriados pela alçada superegoica, de modo a transformar os aspectos implícitos e explícitos do que se comunica em conteúdos de uma instância tirânica que se volta contra o sujeito e impera a ele a demanda de "Trabalhe e Cale-se!" (Mendes; Vivès, 2020).

Aprofundando a reflexão da posição do discurso frente aos processos de constituição psíquica, este pode ser compreendido como uma manifestação significante do simbólico e da cultura (Beividas, 2004), de modo que este não precisa necessariamente de palavras para transmitir entre as gerações os enunciados primordiais, a partir dos símbolos dispostos, que regulam a forma de se comportar sob o contexto histórico-cultural de referência (Teixeira, 2008). Os significantes[2] se apresentam como fundamentais na constituição do sujeito, visto que o bebê é precedido pela ordem simbólica e, ao nascer, é inserido no laço social mediado por um outro que realiza o endereçamento de um significante para outro (por exemplo, o choro representa a fome, que é atendida pelo cuidador).

A importância dada à lógica dos significantes e da linguagem por Lacan cabe como pilar argumentativo para a defesa de que as psicopatologias do trabalho podem estar relacionadas com a introjeção dos discursos organizacionais, uma vez que o sistema capitalista é capaz de localizar o significante sujeito-trabalhador a partir de um conjunto de outros significantes que o resumem a uma máquina potente que atende incessantemente às demandas de produção. Não obstante, defende-se, ainda, que o Capital dispõe de instrumentos coercitivos, em sua forma docilizada ou agressiva, que limitam as possibilidades de que os trabalhadores operem de formas diferentes àquelas associadas às cadeias que imperam a excelência da produtividade como o caminho para alcançar a ilusória satisfação plena.

Para tanto, retorna-se à perspectiva de que o sujeito, ao ser inserido na ordem simbólica, é inscrito por uma falta que representa a impossibilidade de dar conta da existência humana plenamente e, mais, transmiti-la por completo por meio da linguagem (Lacan, 1969/1992 como citado em Amorim; Barros, 2022). Tal furo engendra experiências subjetivas de angústia frente ao desamparo humano de se realizar por completo ou simbolizar tudo o que lhe atravessa. Esses afetos angustiantes são apropriados pelo discurso capitalista que promete o tamponamento dessa falta através da aquisição de objetos de consumo. As relações que sujeitos estabelecem entre si são, também, perpassadas pela lógica objetificante e carecem de laços sociais, de modo que outrem é transformado em um objeto a ser consumido e descartado com o término do prazo de validade (Amorim; Barros, 2022).

O imaginário de que os objetos estão associados à ideia ilusória de satisfação plena é alimentado pela perspectiva de que a dedicação exaustiva às atividades laborais constituem o acesso à aquisição e acumulação de tais bens consumíveis, contemplando a idealização de um sujeito de sucesso que passa a representar o exemplo a seguir seguido pelos demais. O sujeito-trabalhador, ao não consentir ou 'falhar' frente às exigências, é logo representado por significantes como "preguiçoso", "fracassado", "desprezível", "fadado à infelicidade".

Ao perseguir o desejo de ser representado por significantes colocados como valorosos, os trabalhadores são submetidos a condições cada vez mais precarizadas de trabalho, marcadas por inúmeras manifestações da violência que apresentam um denominador em comum, que é o benefício de poucos em detrimento de muitos (Gomes; Silva, 2022). Mesmo que os discursos comuniquem ao sujeito-trabalhador que a organização é a sua família e ele é

[2] Para uma compreensão mais aprofundada acerca da perspectiva de Lacan sobre a Teoria do Significante, recomenda-se a leitura: Lacan, J. (1998). O seminário sobre a 'carta roubada'. In Lacan, J., *Escritos*. (p. 13-66). Jorge Zahar.

um colaborador do sucesso organizacional, tais estruturas da organização do trabalho revelam a violência sistêmica, sendo esta uma "violência inerente a um sistema: não só da violência física direta, mas também das formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e exploração" (Zizek, 2014 como citado em Gomes; Silva, 2022).

Tendo em vista a violência nas relações de trabalho e sua expressão nos discursos organizacionais, reforça-se que estes não são necessariamente agressivos e podem se expressar, também, de modos sutis, docilizados, como aqueles discorridos a partir da dissimulação discursiva, visto que ambos, no final das contas, comunicam as intenções de um só: o discurso capitalista. Ao serem atravessados e coagidos pelo discurso capitalista, a única manifestação discursiva concedida aos trabalhadores é aquela que está alinhada aos interesses políticos, econômicos e ideológicos das organizações, minando qualquer forma de expressão dos trabalhadores e de suas insatisfações (Faria; Meneghetti, 2007).

A partir disso, reflete-se sobre os efeitos patogênicos da introjeção dos discursos organizacionais, ao considerar a noção dos significantes como operadores do sujeito constituído pela linguagem. Isto é, reflete-se sobre o impacto das cadeia significantes que atravessam a constituição psíquica dos trabalhadores, uma vez que estar à altura do que é exigido pelo modo de produção frente ao registro imaginário do que seria um sujeito ideal, é impossível. Essa conjuntura também é perpassada pela impossibilidade de alcançar as promessas do Capital quanto à capacidade dos objetos de consumo em tamponar a falta da condição humana de ser.

O que se observa, é um ciclo repleto de desgaste psíquico, acompanhado de problemas com consumo excessivo de bens comercializáveis, sob a tentativa de encontrar nestes a cura para a angústia do vazio. Portanto, o modo de sofrer está ligado à fixação do sujeito-trabalhador frente aos discursos organizacionais, que operam em duas faces - sutil e imperativa - sendo possível refletir sobre como o dito e o não-dito podem se tornar materiais apropriados pela instância psíquica do supereu, retornando de modo tirânico contra o sujeito.

Ao considerar a patologia da melancolização como referência para abordar o processo de fixação do sujeito frente a um sistema que o invade com exigências hostis e dissimuladas a serem cumpridas, é possível pontuar que tal padecimento é constituído por artimanhas ligadas aos interesses capitalistas que bloqueiam a presença do sujeito-trabalhador no circuito invocante, de modo que este é congelado na posição de um *ser* que é apenas invocado. Nesse sentido, a ausência de respostas ao evocar este Outro viabiliza a compreensão de modos de sofrer marcados por um corpo que, ao responder aos excessos afetivos que não podem ser elaborados tendo em vista à fixação no circuito invocante, escoa pela via somática experiências subjetivas de intenso sofrimento psíquico.

Compreendida como uma indiferenciação patológica que se expressa a partir de uma restrição frente às possibilidades de desejar normas diferentes de condução da própria vida em termos de relação consigo, com o mundo e com outrem (Mendes, 2018), a patologia da melancolização propicia o entendimento dos efeitos psíquicos adoecedores dos discursos organizacionais, uma vez que estes, ao serem introjetados psiquicamente, prendem o sujeito-trabalhador a uma gama de ideais capitalistas que o impossibilitam de vivenciar o luto da incompletude como constitutiva da condição humana. Sendo reduzido a um mero porta-voz dos interesses organizacionais, os trabalhadores são acometidos por uma sensação de falha que alcança a escuta clínica sob queixas que comunicam a falta de sentido em relação à vida, visto que a busca pela completude prometida é vivida como um eterno encontro com o desamparo.

Não obstante, o corpo aparece como um ponto indispensável ao ponderar sobre as psicopatologias do trabalho e as formas de sofrimento psíquico, uma vez que se supõe que a via somática exerce a função de denunciar, sob a forma de sintomas, as contradições esmagadoras do modo de produção dominante. Isto porque, a análise dos dados estatísticos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), frente às notificações de casos de TRMT, indica que os diagnósticos mais frequentes são aqueles que expressam a paralisação ou a excessividade dos movimentos do corpo, que podem desencadear a incapacidade temporária ou permanente do trabalhador em continuar no exercício da ocupação (Teófilo Filho *et al.*, 2023). Os dados dos TMRT, referentes aos anos de 2011 a 2020, indicam a predominância dos casos (50,48%) cujo diagnóstico está relacionado a transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes, os quais resultam em alguma forma de incapacitação em 62,85% das notificações (Teófilo Filho *et al*., 2023). Ao explorar tais categorias diagnósticas que aparecem com maior frequência, percebe-se que a presença deste corpo adoecido se articula às possibilidades de denúncia às condições de trabalho sob os princípios do Capital, ao passo que, também, se relaciona com a fixação do sujeito no tempo do resistir-desistir do circuito invocante, concebida por Mendes (2018), frente ao sofrimento psíquico decorrente do trabalho.

Diante da impossibilidade de alcançar as promessas do Capital quanto à capacidade dos objetos de consumo em tamponar a falta constituinte da condição humana de ser, percebe-se a posição ocupada pelo corpo adoecido na tentativa de responder ao excesso de afetos – e cobranças – que não podem ser elaborados de outra forma, sobretudo pela via da palavra. De tal modo, o desdobramento do discurso capitalista na constituição da *psique* dos trabalhadores permite tecer compreensões sobre a dissimulação dos discursos que imperam a excelência dos sujeitos que, na restrição de ser algo para além do exigido, chega aos serviços de saúde despossuído de voz própria.

4. Considerações finais frente ao sintoma como signo do sofrimento relacionado ao trabalho

O ensaio buscou defender o argumento central de que parte significativa das psicopatologias associadas ao trabalho são constituídas pela introjeção psíquica de duas faces do discurso capitalista, os discursos organizacionais que dissimulam a realidade e o imperativo agressivo da excelência. Isto porque, os discursos ocupam posições privilegiadas no modo com que se constitui as condições de reprodução da vida social, primordialmente as de trabalho, o que implica em tentativas de naturalização de relações assimétricas de poder.

Com isso, o que se observa é a introjeção do discurso capitalista, por meio dos discursos organizacionais imperativos e dissimulados, na forma de constituição do sujeito-trabalhador diante de seu próprio desejo que, acometido pelo quadro de uma possível patologia da melancolização, está fixado no tempo da demanda do Outro, entendido como o Capital. Enfatizando o recorte dado aos discursos nos processos de sofrimento psíquico em relação ao trabalho, se pôde viabilizar a reflexão e a defesa de uma escuta que considere o adoecimento psíquico de trabalhadores como uma forma de denúncia aos modos sociais patogênicos marcados pela presença modelos de gestão que exigem dos trabalhadores que estes se envolvam de corpo e alma aos interesses organizacionais (Mendes, 2018).

Referências

AMORIM, J. O., & BARROS, R. A. de. O Mal-Estar do Sujeito Contemporâneo: Os efeitos do Discurso Capitalista. *Revista Psicologia, Diversidade E Saúde*, *11*, e4117, 2022. https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2022.e4117

BEIVIDAS, W. O lugar de uma teoria do discurso na psicanálise (ou: um recado de Lacan). *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, *2*(2), 1-6, 2004. https://doi.org/10.21709/casa.v2i2.613

BRÜNING, C., MONTE ROSA, C. C., & PAULA, A. *Comportamento organizacional e intraempreendedorismo*. Curitiba: InterSaberes, 2015.

COELHO, L., & NEVES, T. (2023). Sofrimento psíquico no neoliberalismo e a dimensão política do diagnóstico em saúde mental. *Saúde e Sociedade*, *32*, e220850pt, 2023. https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220850pt

DANTAS, D. G., & LIMA, A. C. F. Perfil epidemiológico de pacientes com transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil. *Revista Contemporânea*, *5*(5), e8252, 2025. https://doi.org/10.56083/RCV5N5-121

DUARTE, F. S. Por uma psicopatologia crítica do trabalho. In F. S. Duarte, A. M. Mendes & E. P. Facas (Orgs.), *Psicopolítica e psicopatologia do trabalho.* Porto Alegre: Editora FI, 2020. pp. 47-66.

FACAS, E. P. Sociedade da performance e a falácia da liberdade no discurso neoliberal. In F. S. Duarte, A. M. Mendes & E. P. Facas (Orgs.), *Psicopolítica e psicopatologia do trabalho.* Porto Alegre: Editora FI, 2020. pp. 63-75.

FARIA, J. H. *Poder, controle e gestão*. Curitiba: Juruá, 2017.

FARIA, J. H., & KREMER, A. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação. *Revista Eletrônica de Administração*, *10*(5), 266-279, 2004. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/41500

FARIA, J. H., & MENEGHETTI, F. K. A instituição da violência nas relações de trabalho. In J. H. Faria (Org.), *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais.* São Paulo: Atlas, 2007. pp. 226-241.

FARIA, J. H., & MENEGHETTI, F. K. Discursos organizacionais. In J. H. Faria (Org.), *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais.* São Paulo: Atlas, 2007. pp. 105-123.

FARIA, J. H., & MENEGHETTI, F. K. Dissimulações discursivas e violência no trabalho. In J. A. Netz, & P. A. B. Oliveira (Orgs.), *Teatro de Sombras: relatório da violência no trabalho e apropriação da saúde dos bancários.* Porto Alegre: SindBancários Publicações, 2011. pp. 44-59.

FARIA, J. H. D., & RAMOS, C. L. Tempo dedicado ao trabalho e tempo livre: os processos sócio-históricos de construção do tempo de trabalho. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, *15*, 47-74, 2014. https://doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n4p47-74

FRANÇÓIA, C. R. O simbólico e a clínica psicanalítica: o início da teoria lacaniana. *Revista AdVerbum*, *2*(1), 87-101, 2007. Disponível em: https://www.psicanaliseefilosofia.com.br/adverbum/Vol2_1/o%20simbolico%20e%20a%20clinica.pdf

FREUD, S. Os instintos e seus destinos. In S. Freud, *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916).* São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 51-81. Publicado originalmente em 1915.

GOMES, M. C. C., & SILVA, M. M. Efeitos do discurso capitalista: reflexões sobre a violência na atualidade. *Analytica: Revista de Psicanálise*, *11*(20), 1-21, 2022. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/4199

LUSTOZA, R. Z. Diagnóstico diferencial da melancolia em Freud e Lacan. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, *70*(2), 127-140, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672018000200010&script=sci_arttext

MALISKA, M. E. (2022). Destinos da pulsão invocante na direção da análise. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, *25*(2), 47-53, 2022. https://doi.org/10.1590/1809-44142022-02-06

MARX, K. O capital: *Crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Publicado originalmente em 1867.

MENDES, A. M. *As galinhas que lutem! O trabalho na clínica lacaniana.* São Paulo: Uiclap Editora, 2024.

MENDES, A. M. *Desejar, falar e trabalhar*. Porto Alegre: Editora FI, 2018.

MENDES, A. M. Discurso capitalista colonial e a patologia da melancolização. In F. S. Duarte, A. M. Mendes & E. P. Facas (Orgs.), *Psicopolítica e psicopatologia do trabalho*. Porto Alegre: Editora FI, 2020. pp. 76-90.

MENDES, A. M., & VIVÈS, J-M. (2020). Voz do supereu e melancolização no trabalho que adoece. In R. Coelho, & Motta. D. A. (Orgs.), *Psicanálise e trabalho: retratos contemporâneos*. Porto Alegre: Memorial da Justiça do Trabalho, 2020. pp. 183-201.

PENA, B. F., MOREIRA, J. D. O., & GUERRA, A. M. C. O supereu em Freud e Lacan: da moralidade à amoralidade, uma gula estrutural. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, *23*(1), 37-56, 2020. https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n1p37.4

PÉRILLEUX, T., & MENDES, A. M. O enigma dos sintomas: proposição para uma escuta psicanalítica e política do sofrimento no trabalho. *Trivium-Estudos Interdisciplinares*, *7*(1), 61-73, 2015. https://doi.org/10.18370/2176-4891.2015v1p61

SILVEIRA, L. C., FEITOSA, R. M. M., & PALÁCIO, P. D. B. A escuta do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho: contribuições da psicanálise para o cuidado em saúde. *Psicologia em Revista*, *20*(1), 19-33, 2014. https://doi.org/10.5752/P.1678-9523.2014v20n1p19

TEIXEIRA, M. A. A violência no discurso capitalista: Uma leitura psicanalítica. *ASephallus*, *3*(5), 1-8, 2008. Disponível em: http://www.isepol.com/asephallus/numero_05/pdf/artigo_07.pdf

TEÓFILO FILHO, R. A., CHAVES, D. F. M., D'ALMEIDA FILHO, L. F., de Araújo Alves, M., Barros, M. M., & Fachin, L. P. Aspectos epidemiológicos dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil na década de 2011 a 2020. *Debates em Psiquiatria*, *13*, 1-24, 2023. https://doi.org/10.25118/2763-9037.2023.v13.695

VIEIRA, F. O., & GHIOZINI, L. D. Trabalho, subjetividade e contemporaneidade: confluência com o campo dos estudos organizacionais. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, 7*(18), 20-36, 2020.https://doi.org/10.25113/farol.v7i18.5961

VIVÈS, J. M. Para introduzir a questão da pulsão invocante. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, *12*, 329-341, 2009. https://doi.org/10.1590/S1415-471420090002000